

ENFORMANDO A HISTÓRIA: UMA DISCUSSÃO DO ESTATUTO DA GEOGRAFIA E DO SABER GEOGRÁFICO NO IHGB A PARTIR DO EXAME DO DEBATE SOBRE O ESPAÇO REALIZADO NO PARLAMENTO ENTRE 1826 E 1836.

Renato Amado Peixoto *

Resumo: O sentido da racionalidade que permite juntar a geografia à história no IHGB pode ser exemplificado pela urgência com que se buscou construir uma história do espaço nacional antes mesmo da afirmação do projeto historiográfico no Instituto. Na verdade, pode-se dizer que a geografia mais enformou do que coadjuvou a história, problema que pode ser mais bem compreendido se for pensado que aquela produção historiográfica decorre de um contexto que condicionava o debate no Parlamento e impelia o pensamento da idéia de Nação.

Palavras-Chave: História do espaço nacional, IHGB, Historiografia.

Abstract: The sense of the rationality that allows to join the geography to the history in IHGB can be exemplified by the urgency that a history of the national space is built before even of the statement of the historiographic project in the Institute. Actually, it can be said that the geography shaped the history and it can be better understood if we thought that that the origins of the historiographic production was the context that conditioned the debate in the Parliament and impelled the thought of the idea of Nation.

Key-Words: History of the national space, IHGB, Historiography.

A idéia de que o IHGB, desde sua fundação, tem como principal tarefa a escrita da história da Nação já é bastante conhecida, assim como também a proposição de a geografia teria nesse processo uma importância a ser reconhecida, a qual tem sido discutida, por exemplo, a partir de exames acerca de sua epistemologia e de seus objetivos que constituem a geografia tanto como uma ciência auxiliar, ainda que despida de um *corpus* próprio, quanto como um instrumento auxiliar da ação política, ligada cognitivamente à História (DOMINGUES, 1996; CEZAR, 2005).

Contudo, o propósito deste trabalho, menos que discutir o estatuto do saber geográfico ou a importância da geografia nas ações coligadas à escrita da história no Instituto, é perscrutar uma racionalidade que pode ser entrevista na definição daquilo que Januário da Cunha Barbosa, secretário do Instituto em 1840, entendia como geografia, uma vez que este

* Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

atribuiu tanto a História como a Geografia *o pertencimento a um registro e destino comuns* (CEZAR, 2005: 81).

Por esta compreensão se assinalava não apenas a superposição de dois saberes, mas a indicação tanto de uma relação quanto de uma influência do tempo sobre o espaço, onde o tempo era simultaneamente constituído pelo espaço e constituidor do espaço. Se entendermos que uma ‘ordem do tempo’ se encontra esboçada na definição de Januário da Cunha Barbosa (e isto pôde mesmo ser desenvolvido em nossa investigação), poder-se-ia aproximá-la à idéia de ‘regime de historicidade’ de François Hartog, considerando justamente que essa ordem do tempo inseria-se numa racionalidade intrínseca ao período e que esta se adequava a um contexto que possibilitou sua inscrição no centro do debate do qual derivou a fundação do IHGB.

Antes de investigarmos esta racionalidade por meio de um exame do debate sobre o espaço no Parlamento, faz-se necessário ligar minimamente esta ‘ordem do tempo’ às origens do IHGB e aos esforços do Estado. Neste sentido, é necessário entender que a experimentação negativa da soberania nos primeiros anos da Independência forneceu subsídios para um debate sobre o espaço no Parlamento e no Conselho de Estado, onde se considerou, entre outras coisas, que distinguir as fronteiras e reconhecer o território era a precondição para se concretizar o sentido da Nação que então se formava.

As primeiras iniciativas para tal empreitada forma constituídas ainda na década de 1830 e reuniram, dentre outros, os dois dos principais protagonistas do debate, Raimundo José da Cunha Mattos e José Feliciano Fernandes Pinheiro. O principal resultado deste esforço foi admitir-se oficialmente o desconhecimento do território e de seus títulos históricos, por conseguinte, tornava-se impossível se definir os limites brasileiros, impondo-se, a partir daí, a necessidade de realizar novos esforços, no caso, a coleta de documentos e mapas no exterior, esforço ao qual Varnhagem seria logo integrado; e a reunião de “um colégio especial de literatos escolhidos, incumbidos de recolher e transmitir os feitos que constituem a vida das nações” (PINHEIRO, 1839: VIII-IX).

Deste modo, poder-se-ia entender que a fundação do IHGB decorreu em função de um debate bastante amplo e como parte das próprias demandas do Estado, sendo que o peso desse entendimento pode, inclusive, ser aventado a partir do exame do quadro de seus sócios fundadores, dentre os quais figurava não apenas o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, mas também os dois principais pensadores do espaço no debate, Fernandes Pinheiro e Cunha Matos, sintomaticamente escolhidos, respectivamente, para a presidência e vice-presidência do Instituto.

Assim, já na 5ª sessão do IHGB, a partir da iniciativa de Fernandes Pinheiro, uma relação entre o espaço e o seu tempo começaria a ser debatida e consubstanciada por meio da elaboração de uma história do espaço nacional, a qual seria instruída como diretriz de discussão por meio da apresentação da Memória ‘Programa Geográfico’ que, derivando diretamente dos esforços anteriores, buscava explicitar uma argumentação da nulidade de todos os acordos sobre limites, exceto o Tratado de Madri, considerado como o mais vantajoso e justo para o Brasil dentre todos os que haviam sido acertados entre Portugal e Espanha. Esta grandeza do Tratado de Madri derivaria, sobretudo, do fato de ter sido planejado por um brasileiro, Alexandre de Gusmão, um gênio injustamente desconhecido, um patriota antes do tempo, que teria “enformado” a Nação em seus limites antes que outros houvessem sequer pensado que ela pudesse vir a existir... (PINHEIRO, 1839b: 62; 1902: Parte I).

Definido o Tratado de Madri como o marco essencial da história do espaço nacional, caberia a Francisco Adolfo de Varnhagen distinguir suas origens. Quando chamado a participar como consultor da ‘Comissão de Limites’ constituída por Paulino Soares de Souza em 1850, Varnhagen redigiria uma ‘Memória’ onde sugeria que a “História das Fronteiras” não poderia diferenciar-se da história mesma do Brasil e que estas deveriam alcançar até os “primeiros anos de existência colonial”. Nesse raciocínio, Varnhagen remetia a investigação mesma aos mapas e documentos que originaram os primeiros limites ou sobre os quais estes se basearam. Por conseguinte, justificar-se-ia que o Tratado de Tordesilhas e outros pactos entre as Metrôpoles passassem a se impor como o marco inicial tanto da história do espaço nacional quanto como o balizamento primeiro da história da Nação, uma vez que se poderia imprimir por meio destes pactos um vínculo com a legitimação da soberania e, sobretudo, com o passado. Neste sentido, Varnhagen cuidou de alinhar seu raciocínio com a primitiva construção de Fernandes Pinheiro, apontando o Tratado de Madri como o “ponto de partida para todas as futuras questões [...] negociado com tanta sabedoria, tanta boa fé e lisura [...] que os negociadores de parte a parte se mostraram com ele superiores ao seu século” (VARNHAGEN, 1851: 1).

Pode-se, por conseguinte, falar de uma ordenação do passado e do presente, onde o espaço foi relacionado com a história e influenciado pela história, contextualizada num processo que, nascido a partir das demandas do Estado, culminou na fundação do IHGB, produzindo a ‘História do espaço nacional’, *pelo menos dez anos antes da feitura da ‘História Geral do Brasil’ de Varnhagen* (PEIXOTO, 2005 e 2009).

Contudo, falar de uma ‘ordem do tempo’ inscrita pela narrativa não basta para consolidar uma aproximação com a idéia de ‘regime de historicidade’, no caso, é necessário problematizá-la em meio ao contexto que condicionava o debate sobre o espaço no Parlamento e o adequava a uma racionalidade intrínseca ao período, o pensamento em torno da idéia de Nação.

Nos dezesseis anos que transcorrem desde a Independência até a criação do Instituto, se discute vivamente no Conselho de Estado e no Parlamento a política externa, algumas vezes enredada em problemas regionais. Afinal, havia-se experimentado o medo de uma invasão restauradora por parte de Portugal e o custoso tratado de reconhecimento da Independência; a intromissão da Santa Sé no direito nacional; a ingerência estrangeira no Amazonas; a derrota na guerra contra as Províncias Unidas do Rio de Prata e a perda da Cisplatina; a imposição do pagamento pelas presas de guerra e os ‘Tratados Desiguais’; o humilhante ultimato inglês de 1829 e a invasão francesa do Amapá; a tentativa de secessão do Rio Grande do Sul e o surgimento de lideranças agressivas e antagônicas nas fronteiras meridionais.

Se tomarmos como ponto de aproximação os discursos e as ações de certos deputados, que podemos considerar *elos* de integração entre as várias partes da sociedade na tarefa de construção do espaço, podemos entrever nas discussões do Parlamento a desilusão em relação ao que se esperava das potências européias, tanto por conta do sistema de tratados, considerado injusto e opressivo, quanto por causa da ação direta daqueles Estados, que, inclusive, emprestava argumentos aos que entendiam ser inútil o esforço diplomático.

A abdicação de D. Pedro I ao trono português inscreveu aos olhos dos parlamentares o Brasil definitivamente na América, constituindo o fim do circuito com a Metrópole. Porém, em relação a este continente o tom das discussões seria ambíguo, uma vez que, se existia uma simpatia para com a aproximação privilegiada com os vizinhos, esta derivava de uma análise da própria capacidade de projeção de poder, como considerou Raimundo da Cunha Matos em 1827: “*É com as nações americanas que devemos ter íntimas relações diplomáticas [...]. Na América figuramos como potência de 1ª ordem, ao mesmo passo, que no mundo antigo nos classificarão a par do rei de Sardenha*” (APB 02/07/1827: 16).

Cunha Matos considerava também que desses países devia-se esperar apenas hostilidade no tocante às instituições do Império, conforme salientava quando da Guerra da Cisplatina:

“Pelo que nós vemos nos papéis públicos de Buenos Aires, aquele governo apresenta as mesmas idéias, que outrora apresentara Catão a respeito da república dos cartagineses – delenda est Carthago – dizia Catão! [...] A guerra que nos faz Buenos Aires não é para ganhar território, a maior guerra que nos faz é de opinião.” (APB 02/071827: 24-26)

Seria inclusive já em 1826, a partir das discussões sobre a guerra com as Províncias Unidas do Prata, que a idéia de Nação começaria a ser discutida no Parlamento, quando se afirmava que derivava justamente do caráter da Nação sustentar a chamada então ‘Guerra do Sul’ porquanto se devia assegurar a manutenção de sua integridade territorial.

Pode-se, ainda perceber por esta discussão que idéia espacial era manejada em relação a partir da Corte, o que já permite entrever a idéia de Centro, mesmo porque esta idéia espacial era corroborada pela contraposição que se fazia em relação às províncias do Maranhão e do Pará procurando-se acusar e demonstrar nos discursos um espaço desprivilegiado. Nesse sentido, o Pará e o Maranhão, eram distinguidos pela distância do centro e pela incapacidade do Estado de atendê-los com presteza, ainda que possuíssem uma potencialidade latente, diferentemente de Goiás e Mato Grosso que eram apontados como partes em decadência do espaço nacional.

Em relação a essa idéia de centralidade apontava-se a necessidade de se constituírem dinâmicas do Estado que ao serem aplicadas no centro concorreriam para a formação do espírito e caráter nacional por permitirem ao Estado enfrentar a força centrífuga que o despotismo dos ‘mandões’ desencadeava continuamente nas Províncias. Assim, a idéia de Povo e Cidadania começaria a ser discutida incutindo-se já a ligação com uma idéia de Centro identificada em suas origens com o sentido da Nação, de onde deveria partir o esforço da reação às oligarquias que dominavam as províncias, construindo-se um primeiro sentido da oposição entre Civilização e Barbárie.

Esta idéia de Cidadania e de Povo permitia, inclusive, a Cunha Matos criticar também a desconexão do Governo com um pensamento nativista que julgava ter sido ofendido por sua pouca ou inadequada ação. Assim, era possível coligar no discurso o esforço de reação contra os ‘mandões’ provinciais com a denúncia da agressão externa, no caso, por exemplo, criticando-se mesmo a atuação da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, entendida como prejudicial ou mesmo inimiga dos interesses brasileiros:

“Desaprovei a convenção pecuniária de Portugal, desaprovei a infame convenção com a Inglaterra pela qual os cidadãos brasileiros foram entregues ao cutelo britânico; desaprovei os tratados feitos com a mesma Inglaterra, França, Prússia e sobretudo o das cidades hanseáticas [...] desaprovo todos os tratados que agora estão na forja, e dos quais, segundo dizem já chegou da Áustria, e desaprovarei todos os outros, que debaixo dos mesmos auspícios se fizerem para o futuro com qualquer nação do universo! E não devemos nós todos lamentar os misérrimos

tratados feitos pelo ministério transato? Não devemos lamentar que o atual ministro dos negócios estrangeiros [...] referendasse o absurdo tratado com a Prússia, e lhe acrescentasse um artigo adicional, se não odioso, ao menos tão impolítico como os dos seus antecessores?” (APB 21/06/1828: 174)

Questionava-se, sobretudo, o problema da continuidade dos tratados assinados pela ex-metrópole e defendia-se o protecionismo e o nativismo como remédios para os problemas da organização da Nação. No caso do nativismo, também transpareciam no Conselho de Estado, mesmo antes da abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro, opiniões semelhantes às que eram expressas pelo Parlamento, como pode ser exemplificado pela rejeição dos conselheiros a todas as proposições que diziam respeito à intromissão do Brasil na questão da usurpação do trono português por D. Miguel; ou como no caso do exame da secessão da Cisplatina, cuja discussão iria desencadear mesmo a exoneração do conselheiro José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, insatisfeito com a solução da questão (RODRIGUES 1978: 33-34; 101-103).

Assim, pode-se compreender porque as discussões sobre o espaço no Parlamento e no Conselho de Estado desencadeariam tomadas de posição favoráveis ao entendimento da necessidade de adensar o papel da Câmara e do Senado na condução da política externa a partir de sucessivas demandas, como a exigência de que todos os tratados negociados pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros passassem antes pela aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado (CERVO 1981: 171-177).

Estas posições e demandas concorriam, sobretudo, para o entendimento de que a Nação deveria ser descortinada num espaço integrado a partir das ações de um Estado que era imaginado no centro de um território para o qual, já em 1826, Cunha Matos salientava ser necessário se levantarem as linhas divisórias e a cartografia.

O espaço da Nação era mais relevante que sua história já que era preciso consolidar um Estado em meio a dinâmicas divergentes das que presidiam a sua constituição, as quais não lhe permitiam ajustar com precisão as noções de Povo e Cidadania que eram essenciais a sua definição. Por conseguinte, espaço e história misturavam-se na medida em que ambos eram indispensáveis a tarefas de legitimar o Estado, mas era necessário que o espaço enformasse a história para as atribuições desse mesmo Estado se consolidassem em meio a uma racionalidade enfatizava não apenas a idéia do nacional, mas também a da centralidade.

BIBLIOGRAFIA:

Anais do Parlamento Brasileiro (APB). Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1876.

CERVO, Amado Luiz. O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

Cezar, Temístocles. "A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da História e saber geográfico no saber oitocentista." *Ágora - Revista de História e Geografia* (Santa Cruz do Sul), 2005.

Domingues, Heloísa. "As ciências naturais e a construção da nação brasileira." *Revista de História* (São Paulo), 1996.

Peixoto, Renato Amado. 'A máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX'. Tese de doutorado defendida na UFRJ em 2005.

Peixoto, Renato Amado. Cartografias imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional e a relação História e Espaços. Natal: EDUFRN (no prelo), 2009.

Pinheiro, José Feliciano Fernandes. 'Programa Histórico' in *Revista do IHGB*, tomo I, 2º trim. de 1839.

Pinheiro, José Feliciano Fernandes. 'Resposta às breves anotações que a Memória do Visconde de S. Leopoldo sobre os Limites do Brasil fez o Sr. Conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá', in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXV, nº 105, parte I, 1902.

Pinheiro, José Feliciano Fernandes. Anais da Província de São Pedro. Paris: Tipografia de Casimir, 1839, 2ª edição.

Rodrigues, José Honório (Org.) Atas do Conselho de Estado. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1978.

Varnhagen, Francisco Adolfo de. 'Memória sobre os trabalhos que se podem consultar nas negociações de limites do Império, escrita por ordem do Conselheiro Paulino José Soares de Sousa', 1851. IHGB, Lata 340, Pasta 6.